

GESTÃO ESCOLAR E COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Kátia Oliveira Cruz¹

“Sou o intervalo entre o meu desejo e aquilo que o
desejo dos outros fizeram de mim”

Fernando Pessoa

Resumo: Este artigo tem por objetivo suscitar a discussão em torno da comunicação estabelecida entre escola e comunidade durante o período de pandemia da Covid 19 nos anos de 2020 e 2021 nos níveis da comunicação com a família (usuário) e com as estruturas hierárquicas da relação de trabalho. Neste tempo, a comunicação estabeleceu-se basicamente através de redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea, o que desencadeou inúmeros desafios para a gestão escolar.

Palavras-chave: gestão escolar; comunicação; consciência possível; pandemia; indignação; esperança.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense, pós-graduada em Pedagogia Social e em Pedagogia Empresarial, mestre em Educação pela UFF, professora e diretora escolar municipal.
E-mail: katioliveiracruz@yahoo.com.br

O presente artigo objetiva dialogar acerca de problemas solitários e silenciados vivenciados pela gestão escolar, no campo das relações humanas, em tempos de pandemia. Estão sinalizados como solitários e silenciados uma vez que se percebe raro um lugar de fala para o gestor escolar, não apenas neste momento de grandes desafios trazidos pela pandemia, mas em tantos outros nos tempos ditos normais. Aliás, pouco lugar de escuta sempre houve para a figura do gestor escolar que ocupa o desafiador lugar intermediário entre, no mínimo, três forças sociais: a política, a sociedade e a comunidade escolar (professores, alunos e funcionários).

Com o advento da Pandemia mundial do Covid -19, um novo e inédito cenário se desenhou para a escola pública brasileira: o seu arremesso ao desconhecido mundo do ensino remoto e sua incrustação repentina no mundo digital, ou seja, uma transformação radical de um aparato que há quase um século mantinha basicamente o mesmo formato, salvo uma ou outra nuance, no que diz respeito a oferta de conteúdos escolares e/ou forma de organização dos tempos escolares. Todas as relações com os atores da educação precisaram ser revistas em curto espaço de tempo após passado o grande susto e paralisação mundial pelos primeiros meses de pandemia². Com o dado distanciamento social, a comunicação escola x comunidade e alunos, escola x administração direta, escola x professores e funcionários, passa a acontecer em totalidade através de meios digitais (aplicativos de comunicação instantânea, redes sociais, telefones celulares).

Este acontecimento, traz a tão discutida e preconizada aproximação entre os atores da escola (corpo pedagógico, professores e direção escolar) com a família e alunos numa comunicação direta, instantânea e acolhedora, principalmente através dos grupos de *Whatsapp* e chamadas de vídeo. Mas também revela algo para o qual não estávamos preparados e que ainda não sabemos como lidar: os entraves da liberdade na comunicação numa geração sem limites reguladores. Se faz necessário esclarecer que não se trata de um discurso fatalista, inibidor de ações e imobilizador. Essa enunciação mais passa por um diagnóstico, por um chamado a pensar e agir sobre as questões éticas da educação e seus limites. Paulo Freire (2014) afirmava que a postura de enunciar/denunciar, não passa necessariamente pelo uso do discurso da impossibilidade de mudar o mundo, mas sim o

² De modo geral, as aulas presenciais foram suspensas na primeira quinzena de março de 2020, e a maioria dos municípios iniciaram uma retomada remota a partir do início do mês de maio de 2020, alguns levaram mais tempo.

discurso de quem não aceita a acomodação, de quem se obriga a resistir, de quem acredita que pode ser melhor. É também o discurso de quem tem coragem para denunciar a realidade constatada e de anunciar a sua possibilidade de superação. Pois lidar com a cidade do lugar de um gestor escolar, não é apenas uma questão técnica, mas sobretudo, política.

No âmbito das relações humanas e da comunicabilidade entre as pessoas, não podemos abdicar da existência da construção social e histórica dos balizadores dos limites éticos, estéticos e morais que permitem a convivência entre os humanos. Não podemos negar que as mudanças, inclusive na forma e meios de comunicar, são parte necessária do progresso humano e social, da experiência cultural dos sujeitos. Contudo, é necessário não desacreditar de que há “leis” comuns ao mundo manifestado que precisam ser mantidas a fim de preservarem-se as instâncias de relacionamentos.

Dentro desse cenário líquido de tentativas educacionais, trago experiências de comunicação vivenciadas na função de gestor escolar de instituição pública, cujo nome e localidade decido não relevar por questões de proteção aos atores envolvidos, que irão aquecer o debate entorno dessa sensível questão.

Na maior parte dos municípios brasileiros as escolas públicas têm servido, em tempos de pandemia, ao campo assistencial, realizando a distribuição de cestas de alimentação, higiene, hortifrúti, cartões de vale alimentação e sediando atividades do campo da assistência de modo geral. Mas também produzindo, entregando, recolhendo, controlando e corrigindo atividades impressas ao aluno sem meios digitais para os estudos remotos, realizando encaminhamentos diversos de alunos, entregando kits de material escolar, orientando sobre as questões de cuidados relativas a pandemia e sobre o uso tecnológico de plataformas educacionais que não tardaram por vir, alimentando e controlando as mesmas, além de lidar com os problemas técnicos apresentados pelas mesmas e a inabilidade do público em manuseá-las. Em nossa unidade de ensino, foi preciso adquirir, inclusive, dois números extras de telefone para whatsapp e transformá-los em números de “suporte ao uso da plataforma” para alunos e responsáveis.

Além dessas questões agregadas, a escola continuou a desempenhar suas funções de praxe: conduzir as reuniões de planejamento com os professores para a oferta das atividades remotas, realizar formações com os funcionários de diversos setores escolares para a nova realidade que se impunha, gerir as verbas escolares (e fazê-las esticar dadas

as altas demandas de produção de atividades impressas e necessidade de adequação aos protocolos de higiene da pandemia), gerenciar os sistemas de informação escolares (Censo escolar, sistema e-cidade, folha de ponto, site de matrícula), e, a mais desafiadora das tarefas: estar à disposição com a exigência de notório equilíbrio e saúde emocional para o atendimento de funcionários, da chefia, da comunidade e alunos em tempo integral em redes sociais como *Facebook*, *whatsapp*, *telegram* e telefone celular, obedecendo o ordenamento de “acolhimento” de alunos, responsáveis e professores.

Para divulgar suas ações pedagógicas ou de assistência, as unidades intensificaram o uso de redes sociais de grande alcance como *Facebook*, por exemplo. É conhecida para todo gestor escolar a dificuldade em conseguir manter atualizados os telefones da família nas pastas de matrícula de seus alunos. Todos os anos há uma grande corrida em prol das atualizações de números, principalmente no ato de renovação de matrículas, quando na verdade o movimento deveria ser inverso. A família deveria ter consolidada a necessidade de ser encontrada para alguma eventualidade ou informes envolvendo seus filhos. Logo, houve grande corrida das escolas em organizarem grupos de responsáveis e alunos por aplicativos de comunicação instantânea.

Isto feito e com escolas fechadas, inevitavelmente, os contatos pessoais e redes sociais de todos os funcionários de uma unidade escolar, incluindo seus professores, estiveram disponíveis a toda comunidade e alunos. Este fato, talvez, não teria se materializado em problemas de todas as tipos e níveis, caso vivêssemos em uma sociedade *eticizada*, como usa dizer FREIRE (2014). Contudo, parte da sociedade desconhece a existência de limites reguladores da vontade individual, ou de conter a nossa necessidade que não é a vital para estabelecer a comunicação com o outro numa relação que não é intimista. A experiência humana em comunicação não violenta, respeitosa e dentro dos limites da necessidade ainda é demasiado involuída, e essa constatação ganha peso ao correremos os olhos nas postagens realizadas em redes sociais.

Há usuários que somente estabelecem a comunicação com a escola através do *Facebook*, por exemplo, ignorando o telefone fixo ou o *whatsapp* institucional de forma que inferimos que ele não tem o interesse em obter uma informação desejada ou resolver o que em princípio parece ser um problema vivenciado pelo mesmo. O desejo “oculto” parece ser de embate. Caso contrário, poderia usar uma ligação telefônica, ou uma mensagem privada. Contudo, percebe-se um nível de satisfação em gerar conflitos por parte dos usuários, expor instituições ou profissionais de educação, gerando desconforto

nas relações e constante estado de tensão emocional. Não obstante, os conflitos ganham adeptos, o que gera uma verdadeira guerra dialógica digital, no fundo balizada por ideologias políticas de direita ou esquerda. Os *Facebooks* institucionais, por vezes, se transformam em campo de batalha.

A comunicação da gestão escolar com os usuários, outrora realizada no gabinete do gestor, que fazia a mediação entre as partes envolvidas e até mesmo possuía a vantagem do elemento presencial para explicar as inúmeras situações e argumentar com o interlocutor, agora é realizada nas redes sociais de forma pública ou por mensagem nos grupos de turmas do Whatsapp, nem sempre balizadas pelo bom senso e a ética.

Relatos

Inúmeros episódios conflitantes e desrespeitosos de toda sorte tiveram seus inícios após o estreitamento de vínculos por meio digital, uma vez que parece ser mais fácil aviltar ou agredir (como acontece com a prática do cyberbullying) quando se pensa estar protegido pelo anonimato ou a distância física, ambos possibilitados pelas redes sociais.

Em tempos de normalidade na rotina escolar, uma grande parcela de seus usuários já não se deslocavam até a escola para obter informações ou expressar suas opiniões, nem mesmo em reuniões de responsáveis, nas quais sempre foi preciso criar estratégias de chamamento. A participação da família na escola sempre foi relatada já há muito nos anais que abordam a questão como escassa, ainda mais em se tratando de escola de adolescentes, uma vez que a participação na vida escolar de crianças de Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental é mais expressiva.

Por mais que pareça espantoso, algumas famílias só sabem se o aluno foi retido ou aprovado no percurso escolar, no ano civil seguinte, quando vão procurar saber a nova turma da criança ou alguma questão de rotina como precisar de uma declaração, acontece. E quando assim é, é comum ouvimos a pergunta: “Mas porque a escola não me avisou que ele foi reprovado?” E acreditam genuinamente que a “falha” foi da escola em não ter feito uma ligação informando o resultado, apesar de as listagens de resultados serem todas coladas ao fim do ano no mural externo da secretaria e os boletins impressos enviados para casa.

Uma estranha coragem emerge do paradoxo criado entre distanciamento social x acesso imediato à escola na figura de seu funcionário ou gestor através de meios digitais.

Uma coragem que permite interagir das formas mais variadas possíveis, e desta vez em muitos casos, sem o respeito ao limite de dias de trabalho do funcionário, horários de funcionamento da unidade, escolhas de palavras respeitadas, dentre outras. Deixou de existir a “proteção” do gestor escolar dentro dos limites do seu território de trabalho, pois seu território de trabalho agora é sua casa, seu carro, sua cama nas noites, seu corpo e seus aparelhos tecnológicos.

Não há aqui ingenuidade em acreditar que a simples condição de existentes no mundo não nos submeta a riscos relacionados à comunicação e convivência, contudo, há a necessidade de irmos mapeamento o risco que corremos, precisamos lidar com eles de forma eficaz, pensar sobre eles, para continuarmos nos movendo rumo a utopia de uma convivência melhor nas comunicações.

E quando uso a palavra risco, não me refiro apenas ao risco físico de alguma emboscada por parte de usuários insatisfeitos. Englobo aqui os danos relacionais que causa a qualidade e ao tempo de convívio com a própria família, ao dano no nível de *stress* por termos que estar sempre em prontidão ao telefone para responder infinitos questionamentos e perguntas, muitas das quais um gestor escolar não consegue responder sobre, por se tratarem de decisões políticas. Há também o desenvolvimento de problemas emocionais ocasionados devido ao nível vibratório da interpelação do usuário ao funcionário ou gestor, dentre outros.

Outras vezes, perguntas que já foram, quase sempre, explicitadas em forma de bilhetes virtuais ou comunicadas no *Facebook* que acreditam-se dever ser reproduzidas exclusivamente para cada um a cada vez que fomos perguntados. O hábito de buscar a informação nos canais oficiais não existe. De um modo geral, as pessoas não querem mais “ler” coisas, elas te perguntam algo em um gigantesco áudio, e esperam a resposta também em áudio. Criou-se a cultura do envio de áudio, uma estratégia comunicativa que até pouco tempo era utilizada apenas por pessoas em relação comunicativa mais intimista.

Mas, por que não podemos, ou não devemos, ou não estamos conseguindo aguardar para responder a um dado questionamento do usuário dentro dos limites do horário de trabalho? Ou porque não adquirimos (embora com recursos próprios) um telefone institucional que possamos desligar nos fins de semana ou após encerrado o expediente oficial do trabalho?

A cultura do *agora*, do imediato, também tem afetado muito as relações de comunicação entre as pessoas. Se o usuário não tem uma resposta imediata ao seu questionamento, ele não se reserva em ir às redes sociais, na parte pública da mesma, e dizer a seu modo, o quanto aquela unidade de educação é inservível. E, como uma horda, outros membros da comunidade virtual se associam, causando um dano quase sempre não merecido àquela unidade, ou a tal funcionário ou professor.

Logo, estamos trabalhando na defensiva a todo tempo. Tempos difíceis esses em que o desejo mais íntimo, na verdade, não é obter informação ou resolver uma questão. O desejo, muitas das vezes, passa pelo campo da disputa política que sobrevive de desconstruir o outro. Mas não só motivações políticas, há as motivações de disputas pessoais que não podemos resolver no outro, ou para o outro. Na verdade, são tempos sombrios para todo o funcionalismo público e estimulado por um executivo nacional que vende a nossa imagem como seres preguiçosos e desnecessários, que estamos recebendo sem trabalhar e que somos também o motivo do rombo das contas públicas.

O segundo ponto da questão do estreitamento nas comunicações virtuais é o fato de as professoras e gestoras estarem sendo vítimas de importunação sexual. Há vários episódios nos quais professoras e gestoras da unidade escolar recebem, por exemplo, “cantadas”, extremamente vulgares, em seus *Whatsapps* oriundas de figuras masculinas do público que atendemos, pais de alunos, tios, etc. O machismo estrutural, o ranço do patriarcado social em cujas bases nosso país foi forjado, ainda nos permite ser vistas como *sexy simbol*, a professorinha. E se antes ele tipo não conseguia dizer o que a sua vontade ilimitada desejava por falta de acesso direto, agora ele o tem. Tem nosso número privado e nossa foto de identificação para realizar suas sórdidas escolhas. Inclusive envio de material audiovisual inapropriado. Não há mais a impessoalidade do telefone fixo institucional da escola.

No encalço disso, também recebemos ligações de mulheres furiosas perguntando: “quem é você? Porque meu marido tem seu número?”, dentre outros questionamentos. Em face da gravidade das ocorrências no campo da sexualidade, não menos grave, vem a invasão nos fazeres dos docentes e da equipe gestora através das ações nos grupos de estudo e plataformas. Não raro mães e pais enfurecidos, por muitas vezes, postando áudios com palavrões, ofendem o trabalho ofertado, se colocam no lugar de “especialistas da educação”, inclusive para sugerir outras formas de fazer que do seu ponto de vista seria mais adequado. No entanto, não com gentileza onde se perceba a intenção de contribuir,

de participar, mas no de denegrir, sem importar-se, inclusive, com o impacto nos alunos ali presentes. É sabido, que, no âmbito das relações, uma pessoa que ataca, que está em constante desequilíbrio emocional, é um ser que, provavelmente está em profundo sofrimento também. No entanto, como intervir nessa equação no campo do trabalho formal ao mesmo tempo em que se está mergulhando em todos os desafios da gestão já comentados no início desse texto?

Em contrapartida, há sempre os responsáveis com mais caminhada que saem em defesa e em rechaço a esse tipo de comportamento nos grupos ou *Facebook*. O que alivia nossas dores. Há quase uma certeza de que onde há um ser humano que ataca, há ali um espírito sofrido em alguma dimensão da vida, que seja medo do momento, insegurança, fome, desemprego, ou outro mal da vida humana. Contudo, este é um grande desafio, uma vez que esse indivíduo praticante dessas ações talvez não tenha despertado para a reflexão sobre os limites da vida em sociedade. Fato este que está dissociado da questão econômica, política, cultural ou religiosa. Como diz FREIRE (2014), não gostaria de existir se a impossibilidade de mudar o mundo fosse algo tão óbvio, quero apenas acreditar que mudar o mundo é tão difícil quanto possível.

A vontade ilimitada como vontade despótica

Em *Pedagogia da Indignação* (2014), na primeira carta assinada por Freire, encontro eco para aquilo que defendo de que é urgente pensar formas de intervir sobre o que ele chama de *tiranía da liberdade*. Uma grande parcela das pessoas acreditam que possuem o direito de falar e escrever o que querem, ou de agirem como agem, porque são livres para isso. Não reconhecem os limites nem seus nem do outro, não entendem a necessidade de serem bons exemplos para seus filhos. E não vamos entrar aqui no buraco negro de nos perguntar o que viriam a ser bons ou maus exemplos e balizados por quem, pois somos sabedores de leis universais que balizam a justiça, a beleza na existência, a bondade, a ética. Ora, o próprio FREIRE (2014) nos descreve uma fala corajosa e rara que trago a seguir.

Como posso convencer meus filhos de que respeito seu direito de dizer a palavra se revelo mal-estar à análise mais crítica de um deles, que embora criança ainda, ensaia, legitimamente, sua liberdade de expressar-se? Que exemplo de seriedade dou as crianças se peço a quem atende ao telefone que chama que, se for pra mim, diga que não estou? (FREIRE.p.42.2014)

Este exemplo é um fragmento do que vemos acontecer dia após dia nas relações entre a família e a escola e que foram potencializadas pelas redes sociais. O que antes era

um escândalo a dois na sala da direção, que sempre acabava em conciliação após horas de diálogo, hoje é uma linchamento público nas vias digitais com pouca capacidade de conciliação, pois há de se levar em consideração o conceito de *consciência possível na comunicação*³ quando se tem a intenção de argumentar com o outro, principalmente em redes sócias. Se o aluno presencia uma mãe ou um pai enfurecido derramar ofensas a um professor no grupo de aula do Whatsapp, um tio enlouquecido jogar uma figurinha obscena, isso se constitui numa vivencia terrível no âmbito da autoridade necessária que haja entre professores, diretores, alunos e até mesmo com a comunidade de modo geral.

Ainda nas palavras de FREIRE (2014) precisamos ser zelosos de nossa autoridade, mas não autoritários, nos interessa que nossos alunos reflitam sobre as nossas marcas enquanto professores, diretores e coordenadores pedagógicos, dando sentido a nossa e a sua presença no mundo, num espaço onde todos se respeitem, isso é educar numa perspectiva democrática, ética e participativa.

A mim me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a “tirania da liberdade” em que as crianças podem tudo: gritam, riscam as paredes, ameaçam as visitas em face da autoridade complacente dos pais que se pensam ainda campeões da liberdade. (FREIRE, 2014.P.31)

Mesmo com alguma compreensão sobre os caminhos evolutivos da vida humana e de sua vida enquanto dureza ou abastada, ousa a dizer, até mesmo por ser conhecedora dessa caminhada dura, que Freire (2014) manifestou preocupação quanto a uma interpretação equivocada de liberdade, expressas no suposto direito de fala, de escrita, de viver livre, vivenciado pelas sociedades, ou como ele preferia se referir ao homem que pode aprender continuamente, do educando.

Freire (2014) admitia que há leis que são basilares, inegociáveis, no relacionamento humano. A tiraria da liberdade precisa ser confrontada.

É preciso inclusive, deixar claro, em discursos lúcidos e em práticas democráticas, que a vontade só se autentica na ação de sujeitos que assumem seus limites. A vontade ilimitada é a vontade despótica, negadora de outras vontades e, rigorosamente, de si mesma. É a vontade ilícita dos “donos do

³ Luciem Goldmann trabalha esse conceito no livro A criação Cultural na Sociedade Moderna (1972). O conceito se refere, a título de hipótese, que em nível coletivo, pode haver uma consciência receptora que não é permeável a toda uma série de informações. Isto pode estar relacionado a sua visão de mundo, que para ele também é um fator social. A natureza do conjunto das relações entre os indivíduos e o resto da realidade social é de tal ordem que constitui, continuamente, certa estrutura psíquica, em grande parte comum aos indivíduos que formam a mesma classe social.

mundo” que, egoístas e arbitrários, só se veem a si mesmo. (FREIRE, p.37.2014)

Como refazer esse caminho no estabelecimento de limites éticos nas relações comunicativas, não apenas no âmbito dos espaços formais de trabalho, mas também na convivência familiar, entre amigos, nos espaços de trabalho e políticos? Se faz necessário retomar o debate em torno dos valores fundamentais a comunicação e a convivência. Há um longo caminho pela frente. A gestão escolar, como toda a prática de liderança, tem sido fundamentalmente uma tarefa solitária, tão mais ainda quando não eleitas pelo voto.

Os limiares políticos impõem vivências à atuação do gestor que também contribuem para um ranqueamento entre escolas, disputas internas e, conseqüentemente, adoecimentos psíquicos e físicos. A comunicação violenta, inapropriada, expositória acontece também entre os vários níveis hierárquicos da estrutura organizacional do trabalho, desencadeando uma onda de explosões em cadeia cada qual no seu nível hierárquico para com os seus subordinados. Contudo, é preciso parar para conversar sobre essas questões, é preciso abrir espaços de escuta qualitativa, livre de melindres ou caça aos culpados, apenas escuta e fala reflexiva. É preciso caminhar! Uma caminhada embalada pelas reflexões da Filosofia, da Psicologia, da Pedagogia Social.

Isto significa, sem dúvida, que, em face das mudanças de compreensão, de comportamento e de gosto, de negação de valores ontem respeitados, nem podemos simplesmente nos acomodar, nem também nos insurgir de maneira puramente emocional. (FREIRE, p.34. 2014)

Um pouco como que antevendo o futuro social e educacional bem próximo no qual fomos arremessados, a BNCC - Base Nacional Comum Curricular – já listava entre suas 10 Competências Gerais da Educação Básica as da Comunicação, Cultura Digital e Argumentação, que hoje nos são caras a esta análise. Tal documento, de caráter normativo, define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informações e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar. Acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (...) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC).

As bases legais nós já temos. Temos também as bases científicas construídas pelas ciências sociais que podem balizar essa caminhada no sentido de avançar em comunicação não violenta e em construção de limites éticos nas relações. E é uma caminhada que precisa acontecer em todas as esferas do mundo do trabalho indo até as micro relações sociais.

Considerações Finais:

Como reflexão de final de escrita, trago essa incomodativa pergunta de Rubem Alves: Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento? (ALVES, p.19. 1994). As pessoas hoje acessam, embora de forma demasiadamente superficial, uma quantidade incalculável de conhecimentos produzidos sobre as mais diferentes ciências. Mas, como aplicam na vida prática, para melhorar as relações?

No que estamos gastando o tempo de convivência? O que estamos ensinando ou o que estamos apreendendo? Se o sentido de tudo é conviver, é buscar a felicidade, é servir, é caminhar no sentido de nos tornar humanos melhores, como a escola pode dialogar com isso?

O gestor escolar e a equipe pedagógica da escola precisam estar emocionalmente e fisicamente saudáveis para cuidar da causa da educação das crianças. É possível uma pessoa humana suportar tantas demandas e obrigações emocionais no desempenho de suas funções de trabalho diariamente? Num espaço do qual ele não pode fugir, pois seu investimento de carreira está nele, sua fonte de sustento também, e, para muitos, sua missão e sentido de vida.

É preciso um olhar administrativo, acadêmico e necessariamente, porém utópico, político, sobre essas causas. É preciso estabelecer limites, discutir a possibilidade real dos sonhos. É preciso se manter vivo, não apenas no corpo, mas também no coração e na mente. O diretor escolar não é um ser místico, alguém que conseguirá absorver e resolver todas as necessidades do mundo e de cada indivíduo que está na escola, seja ele professor, funcionário, aluno, família, seus chefes superiores.

Não é fácil, nem simples falar sobre relação entre escola e família, entre empregado e empregador, sobre a comunicação entre esses dois universos com tantas nuances. A escola presta um serviço as famílias. A relação é, acima de tudo, de trabalho

remunerado. Logo, como lidar com a nova realidade comunicativa? Fica a sugestão de muitas nuances de investigação para os pesquisadores da educação.

Referências:

ALVES, Rubem. **A Alegria de Ensinar** – São Paulo: Ars Poética, 5 edição. 1994.

BRASIL. BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 09/11/2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 22ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2015

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. Cartas pedagógicas e outros escritos. 1 ed. São Paulo. Paz e Terra. 2014

GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna**. Por uma sociologia da totalidade. São Paulo. Editora Difusão Europeia do Livro, 1972.

Três Iniciados. **O Caibalion: estudo da Filosofia hermética do antigo Egito e da Grécia**. Tradução de Rosabis Camaysar – São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 1 edição. 1978. 32 reimpressão, 2020.